



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE  
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo Nº  
**47786-60.2017.8.06.0112/0**

Data - Hora  
**12/4/2017 - 9:7**



**Dados Gerais do Processo**

Número Único	<b><u>47786-60.2017.8.06.0112/0</u></b>		
Tipo de Ação	<b>PROCEDIMENTO SUMÁRIO - CÍVEL</b>		
Hierarquia Ação	\PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO\Processo de Conhecimento\Procedimento de Conhecimento\Procedimento Sumário		
Classe	AÇÕES CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR		
Autuação	12/04/2017 09:01	Volumes	1
Just.Gratuita	NÃO	Segredo de Justiça	NÃO
Órgão Julgador	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE		

**Assunto(s)**

**SEGURO**

Hierarquia: \DIREITO CIVIL\Obrigações\Espécies de Contratos\Seguro

**Partes**

**Requerente : JHONES ISIDORO DA SILVA**

Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

**Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 02  
SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ☐ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.**

VALOR DA CAUSA: R\$ 8.769,60

COMARCA JUAZ DO NORTE  
47786-60.2017.8.06.0112



**SETOR DE DISTRIBUIÇÃO**

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE  
Recebido em: 20/3/17, às: : hs.

\_\_\_\_\_  
José Janio Saraiva  
Analista Judiciário - Mat. 201127

**THALIS JHONES ISIDORO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG nº: 2007577979 – 4 SSP/CE e do CPF nº: 059.147.643-60, residente e domiciliada à Rua Santo Amancio, nº 109, Tiradentes, Cidade de Juazeiro do Norte/CE, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado infra-assinado (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº.74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP – 20031 – 205, pelo que declara e passa a expor:

## 1 – PRELIMINARMENTE

### 1.1 – NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC).



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 09  
SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

## 1.2 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:

Inicialmente, requer os benefícios da justiça gratuita, em razão de não possuir recursos suficientes para arcar com as custas e despesas processuais, haja vista expressa previsão no Código de Processo Civil, se não vejamos:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

I - as taxas ou as custas judiciais;

Impende salientar, ainda, que não há nenhuma incoerência em requerer o benefício proveniente da justiça gratuita e constituir Advogado, uma vez que não há presunção da condição financeira da Parte Autora pelo mero pagamento de honorários advocatícios indispensáveis para o exercício, *in casu*, do acesso à justiça. Nesse sentido já havia jurisprudência consolidada e, mais recentemente, Lei Federal autorizadora, para sanar eventuais dúvidas. Citamos:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

[...]

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

É importante frisar que o mesmo artigo citado anteriormente traz expressa previsão quanto a declaração de insuficiência de recurso que presta a pessoa natural, se não vejamos:

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Destarte, pelas razões fáticas e jurídicas trazidas preliminarmente, requer a concessão da gratuidade da justiça por uma questão de democratização do efetivo acesso à justiça e obediência à disposições legais expressas no ordenamento jurídico vigente.

## 1.3 - DA AUTENTICIDADE DOCUMENTAL:



**ACTUS**  
Advogados Associados

fls. 4  
FLS. 01  
SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

O traço característico do advogado é o de servir à justiça, como técnico do Direito. E, por servir ao Estado, possuindo função específica de fazer a justiça, no exercício de sua profissão o advogado exerce um *múnus público*.

Destarte, sendo o advogado, nos termos do artigo 133, da Magna Carta de 1988, indispensável à administração da justiça, resta consolidada, ao que dispõe a Lei nº. 8.906 de 1994, Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, em seu artigo 2º, a prerrogativa de que no exercício de suas funções contempla o apanágio de serviço público e função social.

No antigo Código de Processo Civil já havia expressa menção à autenticidade documental por declaração, sob responsabilidade pessoal, do Advogado, conforme se extraía dos arts. 544 e 365, IV.

O novel diploma processual consagrou o mesmo entendimento, haja vista a consolidação dos poderes outorgados aos Advogados, seja para facilitar o livre exercício da profissão, seja pelo 'status' proporcionado em razão da função que desempenha.

A Lei 13.105/2015, como dito anteriormente, consagra a viabilidade da autenticidade documental em algumas passagens, aproveitando o momento oportuno, cito:

Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:

[...]

IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;

Em razão disso, e sob responsabilidade pessoal, REQUER o reconhecimento de todos os documentos anexos à presente Exordial como autênticos, possuindo o mesmo valor dos originais.

## **2 – DA SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA:**

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 11 de Junho de 2016 (conforme B.O), tendo lesões gravíssimas como resultado do incidente mencionado. Vejamos:

1. Trauma no punho direito
2. Trauma na mão direita

A lesão proveniente do acidente resultou em sequelas definitivas que impedem o desempenho normal de suas atividades quotidianas, amargando, o Autor, dissabor pelo resto de sua vida.

Nesse sentido, o laudo médico aponta que o acidente gerou deformidade em Trauma no punho e mão direita, bem como escoriações pelo corpo.

Ademais, para além das fraturas e traumas, a Vítima/Autor foi levado ao Hospital Regional do Cariri, tendo passado por tratamento ambulatorial (tala de gesso),



# ACTUS

Advogados Associados

FLS. 05  
SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

medicamentoso além de procedimento cirúrgico, isso sem olvidar no longo período de recuperação.

Conforme atestado médico, a lesão apresentada têm caráter de invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura.

Em virtude disto recebeu, de forma administrativa os valores a seguir descritos, divididos em dois pagamentos, 1º pagamento o valor de R\$ 1.687,50 (hum mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), na data de 28 de Novembro de 2016, 2º pagamento no valor R\$ 3.042,90 (três mil e quarenta e dois reais e noventa centavos), Na data de 28 de Dezembro de 2016, totalizando o valor R\$ 4.730,40 (quatro mil setecentos e trinta reais e quarenta centavos), conforme se pode comprovar dos documentos acostados à Inicial.

Em razão da diferença entre o que é devido, conforme art. 3º da Lei 6194/74, e o que foi pago de modo administrativo, nota-se, de forma clara como a luz do sol, a necessidade de pagamento da diferença securitária, não só como uma medida de justiça, mas de proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o do dano sofrido pelo Autor.

Sendo o Requerente a vítima de acidente de veículo automotor, atrai, consequentemente, a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, II e §1º, II que dispõem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

[...]



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 12  
SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO MORTE - CE

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Portanto, o Requerente possui direito de receber a diferença entre o valor pago administrativamente (R\$ 4.730,40) e o valor que deveria ter sido efetuado em razão do evento danoso (até R\$ 13.500,00), totalizando uma diferença à título indenizatório/reparatório de R\$ 8.769,60 (oito mil setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).

Vale a pena ressaltar que a existência do acidente, independentemente da culpa (art. 5º da Lei 6194/74), e **comprovação do nexo de causalidade entre o fato e o dano sofrido pelo Autor são circunstâncias suficiente para a viabilidade do direito à indenização securitária pleiteada**, se manifestando assim a jurisprudência pátria. Cito:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES  
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550  
QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade rejeitada. **A indenização por morte em acidente de transito e devida, mediante simples prova do acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.**(grifo nosso)



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 02  
SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

Cumpra esclarecer, por derradeiro, que **NÃO É** necessário ao Autor/Vítima manter contrato com seguradora privada, arcando com os custos previsto na tabela disposta no art. 3º da Lei 6194/74 a Seguradora Ré.

Assim sendo, buscando o pagamento integral do quanto devido pela Requerida, ingressa com a presente ação pleiteando a diferença securitária com base na Lei nº. 6.194/74.

### **3 – A PERÍCIA TÉCNICA COMO UMA NECESSIDADE À SOLUÇÃO DA PRESENTE LIDE:**

É importante ter em mente que com a entrada, no dia 18 de Março de 2016, do Código de Processo Civil, houve a exclusão completa do rito sumário (arts. 274 e ss do CPC/73), não havendo mais o procedimento usual das demandas de Indenização/Cobrança de Seguro DPVAT.

Inobstante a extinção do procedimento sumário, se faz indispensável a solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT a perícia judicial, haja vista a necessidade do laudo do *expert* para que seja possível delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.

Portanto, requer, e reafirmará tal intuito abaixo, a não realização da audiência de conciliação e a designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação, tudo conforme expressão disposição dos arts. 464, *caput* e 465, *caput*, ambos do CPC.

### **4 – DO PRAZO PRESCRICIONAL:**

Quando há a violação de um direito, nasce para o Autor/Vítima uma pretensão, como elucida o Código Civil:

Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

Contudo, a pretensão pode ser extinta pela sua inércia (inatividade durante determinado decurso de tempo), configurando o nascedouro da prescrição. Feita estas breves considerações, nota-se que: o pedido de indenização de seguro DPVAT é a pretensão do Autor, existindo, paralelamente, uma prazo prescricional que deve ser respeitado, sob pena de não poder mais ser ajuizada a Ação judicial cabível.

Sendo assim, o Superior Tribunal de Justiça, no Enunciado Sumular nº 405 dispõe que **“A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos”**, tendo diversos precedentes nesse sentido (AgRg no Ag 1.088.420-SP, AgRg no Ag 1.133.073-RJ, REsp 905.210-SP, dentre outros).

Desse modo, é necessário que não tenha transcorrido lapso temporal maior do que três anos entre o termo inicial do prazo (ciência da incapacidade laboral) e o termo final. Cumpra esclarecer que o próprio Egrégio Superior Tribunal de Justiça dispõe, no Enunciado Sumular nº 278, qual é o termo *a quo*.



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 08  
fls. 8  
SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

Portanto, está claramente demonstrado, *in casu*, que não houve prescrição quanto ao direito do Requerente, haja vista que entre o termo inicial e o termo final não transcorreu lapso temporal superior a 03 anos.

## **5 - DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA:**

A audiência de conciliação prévia, como busca da autocomposição dos litígios que envolvam direitos disponíveis, é um traço marcante no atual Código de Processo Civil.

Como preconiza a Lei Adjetiva, especificamente na parte que dispõe sobre as normas fundamentais, a conciliação e a mediação deverão ser estimulados por todos aqueles que atuem de forma proativa no Poder Judiciário (e até extrajudicialmente), se não vejamos:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

[...]

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Assim sendo, é notório que os direitos aqui expostos são totalmente disponíveis para ambas as Partes, uma vez que trata-se de cobrança pecuniária de diferença quanto ao recebimento do seguro DPVAT.

Entretanto, a Parte Autora ajuíza a presente ação pois não concorda com os termos discutidos de forma extrajudicial (proposta de acordo pela Seguradora), **se mostrando completamente dispendioso para a rápida solução do litígio, uma vez que a autocomposição se mostra inviável no caso concreto.**

## **6 – DOS PEDIDOS:**

Destarte, ante o exposto, REQUER:

- a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, *caput* e §1º, I e 105, *caput*, ambos do CPC);
- b) A não realização da audiência conciliatória, com a consequente cientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. fls. 9  
SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

- c) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial (arts. 464 e 465 do CPC);
- d) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor de R\$ 8.769,60 (oito mil setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos), com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;
- e) A condenação da Requerida nas custas processuais (art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito econômico pretendido ou, em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa (art. 85, caput e §2º do CPC);

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

**Dá-se a esta causa o valor de R\$ 8.769,60 (oito mil setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).**

Nestes termos  
Pede Deferimento  
Barbalha-CE, 13 de Fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_  
**Arthur Gomes Pontes**  
OAB/CE 34322

\_\_\_\_\_  
**Antônio Allan Leite Saraiva**  
OAB/CE 23502

\_\_\_\_\_  
**Thomaz Antonio Nogueira Barbosa**  
OAB/CE 20787



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 10

SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

“PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

Thalis Jhonis Irineu da Silva, brasileiro, solteiro, autônomo portador de RG nº: 2007577979-4 SSP/CE e de CPF nº 059.147.643-60, residente e domiciliado à Rua Santo Amancio, nº 109, Tiradentes, Cidade de Juazeiro do Norte/CE.

pelo presente nomeia e constitui bastante procurador, THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 20.787, e-mail: thomazbarbalha@yahoo.com.br, ANTÔNIO - ALLAN LEITE SARAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 23.502, e-mail: allan.saraiva@hotmail.com, todos com escritório situado à Rua Zuca Sampaio, 649 em Barbalha/CE, onde recebe intimações e avisos, a quem confere os poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad judicium”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Barbalha-CE, 06 de Fevereiro de 2017.

x Thalis Jhonis I. da Silva

*Jury*

Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antônio, Barbalha - CE, CEP 63180-000  
Tel.: (88) 3532-2203

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MIKE QUEIROZ OLIVEIRA, liberado nos autos em 07/06/2018 às 14:39. Para conferir o original, acesse o site <http://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0047786-60.2017.8.06.0112 e código 37C7D9A



**ACTUS**  
Advogados Associados

fls. 11  
**FLS.** 11  
SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

## DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**DECLARA** nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e, para os devidos fins, de que são pobres na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício de seu sustento e de sua família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

BARBALHA-CE, 06 de fevereiro de 2017

x Thalys Jhonas F. da Silva

Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antônio, Barbalha - CE, CEP 63180-000  
Tel.: (88) 3532-2203

<http://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultasemsinistro=true>

**SINISTRO 3160613721 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** THALIS JHONES ISIDORIO DA SILVA

**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** MBM SEGURADORA S/A #772

**BENEFICIÁRIO** THALIS JHONES ISIDORIO DA SILVA

**CPF/CNPJ:** 05914764360

**Posição em 06-02-2017 12:24:40**

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
28/11/2016	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50
28/12/2016	R\$ 3.042,90	R\$ 0,00	R\$ 3.042,90

FLS. 13

SECRETARIA  
DA POLÍCIA CIVIL  
JUAZEIRO DO NORTE - CEGOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 12624 / 2016

**Dados da Ocorrência**

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**  
 Data / Hora da Comunicação: **15/08/2016 14:01:08**  
 Data / Hora da Ocorrência: **11/06/2016 18:31:00**  
 Endereço da Ocorrência: **RUA ANTONIA NUNES DE ALENCAR**  
 Complemento:  
 Bairro: Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**  
 Ponto de Referência: **PROXIMO A ESCOLA MANOEL DE CASTRO**

**Dados da(s) Vítima(s)**

Nome: **THALIS JHONES ISIDORO DA SILVA**  
 Nascimento: **30/03/1993** CPF:  
 RG : Orgão Emissor: UF:  
 Filiação: **ALDENYR MARIA DA SILVA**  
**DOGIVASL ISIDORO DA SILVA**  
 Endereço: **RUA SANTO AMANCIO, 109**  
 Bairro: **TIRADENTES** CEP:  
 Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**  
 País: **BRASIL** Telefone: **(88) 9973-6442**

**Dados do(s) Veículo(s)**

1) Placa: **PMG2773** Uf: **CE** Município: **JUAZEIRO DO NORTE** Chassi:  
**9C2KCC2200GR052515** Renavam: **1088596336** Tipo do Veículo: **MOTOCICLETA**  
 Marca / Modelo: **HONDA/CG 160 FAN ESDI** Ano Fabricação: **2016** Ano Modelo: **2016**  
 Combustível: **GASOLINA/ALCOOL** Cor: **VERMELHA** Proprietário: **REGIMARA ROCHA**  
 NONATO Situação: **NÃO INFORMADO** Envolvimento: **COLISAO**

**Histórico**

ADVERTIDA DAS PENAS COMINADAS AO CRIME DE FALSO TESTEMUNHO, COMUNICAÇÃO FALSA DE CRIME E FALSIDADE IDEOLÓGICA, COMPARECEU NESTA 20ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE JUAZEIRO DO NORTE/CE, MUNIDA DE CÓPIA DOS SEGUINTE DOCUMENTOS: BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO DO HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI- PRONTUÁRIO Nº62114, RG, CPF, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA E CRLV DO VEÍCULO ABAIXO DESCRITO E DECLAROU O SEGUINTE: NO DIA 11.06.2016 POR VOLTA DAS 18:31:00 HORAS A VÍTIMA TRAFEGAVA NA RUA ANTONIO NUNES DE ALENCAR PRÓXIMO A ESCOLA MANOEL DE CASTRO, NESTA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE/CE, RALISSON ROCHA NONATO PILOTAVA A MOTOCICLETA HONDA CONFORME ACIMA DESCRITA, TENDO COMO GARUPEIRO A VITIMA: THALIS JHONES ISIDORO DA SILVA. QUANDO INESPERADAMENTE DESVIO DE UM VEÍCULO PARA NÃO BATER.VINDO A CAIR, SENDO A VITIMA SOCORRIDA POR UMA AMBULÂNCIA DO SAMU E ENCAMINHADO AO HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI. E NADA MAIS DISSE, DANDO-SE POR ENCERRADO O PRESENTE BO.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

MARIA GORETTI MESQUITA BANDEIRA - MAT.: 015698-1-3

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

*Thalis Jhones I. da Silva*

DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

Pág. 1 de 2

Impresso em: 02/09/2016 09:50:03

### Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, REGIMARA ROCHA NONATO

RG nº 492981644 data de expedição 25/12/05

Órgão 558-, portador do CPF nº 37393674823, com

domicílio na cidade de JUAZEIRO DO NORTE, no Estado de

CEARA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

Rua Antonio Manoel de Alencar, nº 263, Turadentes

complemento \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

vítima THALES JONES JSEBORG DA SILVA, cujo o condutor era

RALISSON ROCHA NONATO

Veículo: MOTO CICLO

Modelo: HONDA/CG 160 FAN ESPI

Ano: 2016 / 2016

Placa: PMG 2773

Chassi: 9CZK522006R052575

Data do Acidente: 29/06/2016

Local e Data: JUAZEIRO DO NORTE - CE, 29/09/16

X Regimara Rocha Nonato

Assinatura do Declarante

(Com reconhecimento de firma por autenticidade ou verdadeira)

Ralisson R. Nonato

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

(Sem reconhecimento de firma)



INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH  
HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI - HRC  
ORGANIZAÇÃO SOCIAL SAÚDE



## FICHA DE ATENDIMENTO

17

### IDENTIFICAÇÃO PACIENTE/CADASTRO

Nome: THALIS JHONES ISIDORO DA SILVA Prontuário: 62114 Admissão: 11/06/2016  
Data Nasc.: 30/03/1993 Idade: 23 ano(s) 2 mes(es) e 12 dia(s) Telefone: 88 99736442  
Mãe: ALDENYR MARIA DA SILVA  
Sexo: Masculino RG: 2007577979-4 Município: JUAZEIRO DO NORTE  
CEP: 63030-390 Bairro: TIRADENTES  
Endereço: RUA SANTO AMANCIO 109

### CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Risco: AMARELO Classificador: AMANDA SOUZA DE ALMEIDA Horário: 20:04  
Queixa: QUEDA DE MOTO - LESÃO CORTANTE EM REGIÃO FRONTAL E DOR EM MSD  
Fluxograma: TRAUMA MAIOR  
Discriminador: HEMORRAGIA MENOR INCONTROLÁVEL  
Sato02: Glasgow: 15 Temp.: Glicemia: Régua: 7 Pulso/FC:

### ATENDIMENTO

Médico: RANIERY SOARES SOBREIRA MACHADO CRM: 22566  
Nº Atendimento: 327583 P.A.: Acidente: Sim Agressão: Não Peso:  
Eixo: PEQUENAS CIRURGIAS  
Hipótese Diagnóstico: MOTOCICLISTA TRAUMATIZADO EM UM ACIDENTE DE TRANSPORTE SEM COLISAO  
Comorbidade:  
HDA/Exame Físico:  
PACIENTE APRESENTA LESÃO EM FACE ESQUERDA, E MSD. TRAS RX DA UPA EVIDENCIANDO LUXAÇÃO DE

### EXAME

Nome	Data Solicitação	Urgente	Situação
------	------------------	---------	----------

### PRESCRIÇÃO

Médico: RANIERY SOARES SOBREIRA MACHADO CRM: 22566 11/06/16 20:18

Prescrição	Horário:
AOS CUIDADOS DA CIRURGIA BMF E ORTOPEDIA	
CETOPROFENO 1 AMP + AD EV 8/8H 01 05	
SRL 1000ML EV 500 500	

### ENCAMINHAMENTO - CONDUTA FINAL

☐ Alta. Conduta ☐ Observação ☐ Referência para: ☐ Óbito



## RELATÓRIO MÉDICO

Paciente: THALIS JHONES ISIDORO DA SILVA  
Endereço: RUA SANTO AMANCIO 109  
Bairro: TIRADENTES  
CEP: 63030-390

Prontuário: 62114  
Idade: 23 ano(s) 2 mes(es) e 16 dia(s)  
UF: CEARÁ Sexo: Masculino  
Cidade: JUAZEIRO DO NORTE

### Localização

Clinica: CLINICA CIRURGICA I Enfermaria: 04 Leito: 516  
Internação 12/06/2016 22:51 Alta: \* Não Informado \* \* Não Informado

### Relatório

Tipo de Saída: Alta

### Cancelada

Não

### Resumo Clínico

luxação dos ossos do carpo

### Exames Realizados

RX

### Terapêutica Utilizada

redução incruenta

### Diagnóstico

S633 - RUPTURA TRAUMÁTICA DE LIGAMENTO(S) DO PUNHO E DO CARPO

## DIAGNÓSTICOS

Principal	Código	Descrição
Sim	S633	RUPTURA TRAUMÁTICA DE LIGAMENTO(S) DO PUNHO E DO CARPO

### Condições de Alta

Melhorado

Data Programada da Alta: 15/06/2016

### Observações Complementares

retornar ao ambulatório do dr leonardo taitiro em 10 dias  
manter tala  
rx de punho no retorno

### Responsável

Médico: THIAGO CALDAS LEAL

Data: 15/06/2016

Agendamento		
Retorno	Revisão - X	
Data: 30/06/16	Data: 29/06/16	Data:
Hora: 13:30 h	Hora: 13:00 h	Hora:
Código 59727	Código	Código

Dr. Thiago -  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 10988 TEOT 13030

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH  
HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI - HRC  
ORGANIZAÇÃO SOCIAL SAÚDE



## Relatório de Cirurgia

Data de Conclusão: 12/06/16 21:22

Paciente: THALIS JHONES ISIDORO DA SILVA  
Clínica: CENTRO CIRURGICO  
Cirurgião: LEONARDO TAITIRO MIYAZAWA  
1º Auxiliar:  
Enfermeiro: GLAWBERLANDYA FEITOSA VIEIRA  
Instrumentador:  
Prontuário: 62114 Dt. Nascimento: 30/03/1993  
Enfermaria: Sala Cirúrgica Leito: 03G  
Anestesiologia: \*\* Não Informado \*\*  
2º Auxiliar:  
Circulante:

### Procedimentos Propostos

Código	Descrição	Principal
0408020520	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DOS OSSOS DO CARPO	S

### Procedimentos Realizados

Código	Descrição	Principal
0408020520	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DOS OSSOS DO CARPO	S

Diagnóstico pré-operatório:

\*\* Não Informado \*\*

Relatório Imediato do Patologista:

\*\* Não Informado \*\*

Exame Radiológico:

\*\* Não Informado \*\*

Contagem Compressas e Instrumental:

\*\* Não Informado \*\*

Acidentes e Incidentes:

\*\* Não Informado \*\*

Anestesia | Ocorrências Principais:

\*\* Não Informado \*\*

Relatar as Causas que Justifiquem a Longa Duração da Cirurgia:

\*\* Não Informado \*\*

Grau de Contaminação:	Limpa	Tipo de Anestesia:	Bloqueio

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

VIA DE ACESSO - TÉCNICA - TÁTICA - LIGADURAS - DRENAGEM - SUTURAS - MATERIAL EMPREGADO - ASPECTOS DAS VÍSCERAS

#DISSOCIAÇÃO PERIESCAFO-SEMILUNAR#

- 1 - PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA
- 2 - ANTISEPSIA + CAMPOS ESTÉREIS
- 3 - REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO SOB CONTROLE RADIOSCÓPICO
- 4 - VERIFICADO INSTABILIDADE DE SEMILUNAR
- 5 - FIXAÇÃO PERCUTÂNEA COM DOIS FIOS DE KIRSCHNER DO ESCAFOIDE PARA CAPIITATO E ESCAFOIDE PARA SEMILUNAR SOB CONTROLE RADIOSCÓPICO
- 6 - CONTROLE RADIOSCÓPICO OK
- 7 - CURATIVO ESTÉRIL
- 8 - TALA GESSADA AXILO-PALMAR

Dr. Leonardo Taitiro Miyazawa  
Ortopedia / Traumatologia  
CREMEPE 23092 / CREMECE 16778

Dr. Leonardo Taitiro Miyazawa  
Ortopedia / Traumatologia  
CREMEPE 23092 / CREMECE 16778

Data 12/06/16

Assinatura Cirurgião | CREMEC

Rua Catulo da Paixão Cearense, S/N, Triângulo - CEP 63041-162 - Juazeiro do Norte - CE

HOSPITAL  
REGIONAL  
DO CARIRIGOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁOrganização Social mantida com recursos públicos  
provenientes de seus impostos e contribuições sociais

## RECEITUÁRIO MÉDICO

PACIENTE:

PRONTUÁRIO:

Thiago J. I. Ish

Nota que o paciente  
necessita substituir  
seus atiradores  
labiais por 3 Meses,  
a partir do dia  
02/06/16.  
CID S63

15/06/16

Dr. Thiago Leal  
Ortopedia e Traumatologia  
Georgina do Carmo  
CRM 10498 TEOT 13030

DATA:

/ /

MÉDICO CREMEC

[Hospital Regional do Cariri | Rua Celso da Paixão Carneiro, s/n - Bairro: Triângulo | Juazeiro do Norte/CE | CEP: 63.041-362 | CNPJ: 05.368.526.0002-51]

## Dr. Jofrânio Bandeira F. de Caldas

### Clínica Médica - Cirurgia Geral

- Especialização em Medicina da Família e Comunidade.
- Pós-Graduação (Residência Médica em Cirurgia Geral)

Atesto para os devidos fins que Thales Thales Irineu da Silva sofreu acidente de moto no dia 11/06/2016 que resultou em fratura do punho direito e do coto do membro direito. Recebeu tratamento cirúrgico com desbridamento, fixação com alça de Kirschner, podendo apresentar sequelas motoras (diminuição de 70% do movimento do punho e membro direito).

28/11/2016

Dr. Jofrânio B. F. de Caldas  
 Médico  
 CREMEC - 6795

Av. Ailton Gomes, 2478 - Pirajá - Juazeiro do Norte-CE - Px. ao Banco do Brasil  
 Anexo Laboratório Vidanalise

(88) 3571.1449 / 0800.0791441 / 8829.6724 / 9689.5332


REPÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL  
 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
 INSTITUTO DE REGISTRAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

**Carteira de Identidade**

ASSINATURA DO TITULAR

*Thalis Jhones Isidoro da Silva*

**Polegar Direito**



2007577979 - 4

18/06/2010

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
 BRASIL 2007577979 - 4

DATA DE  
 EMISSÃO 18/06/2010

NOME  
**THALIS JHONES ISIDORO DA SILVA**

FLÂVIO  
**ROGIVAL ISIDORO DA SILVA**

NATURALIDADE  
**ALDENIR MARIA DA SILVA**

MACED - AL

DATA DE NASCIMENTO  
**30/03/1993**

DOC. GERAL

CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: TABELEIRO DO MARTINS TERMO: 26.653  
 FOLHA: 60 - V LIVRO: A-33 MACED - AL

LEI Nº 7.116 DE 28/06/2006

P.: 98

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
 Receita Federal

**CPF**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Numero de inscrição

**059.147.643-60**

Nome

**THALIS JHONES ISIDORO DA SILVA**

Nascimento

**30/03/1993**

REAL SERICARD

Cartão de uso pessoal e intransferível  
 Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão  
 JUN/2010

**CORREIOS**

Comprovante de Inscrição no CPF

<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATENA/CPF/Co>FLS. 29  
SECRETARIA  
DA JUSTIÇA  
DA VARA CÍVEL  
ALTO MONTE - CE

Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

## Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **059.147.643-60**Nome da Pessoa Física: **THALIS JHONES ISIDORIO DA SILVA**Data de Nascimento: **30/03/1993**Situação Cadastral: **REGULAR**Data da Inscrição: **24/06/2010**Digito Verificador: **00**Comprovante emitido às: **14:11:04**: do dia **05/09/2016** (hora e data de Brasília).Código de controle do comprovante: **EB1D.0B1A.E634.D90C**A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

DETRAN - CE Nº 012635739660  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA COD RENAVAM INTRC EXERCÍCIO  
BATE 01 1088596336 0000000000 2016

NOME  
REGIMARA ROCHA NONATO  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
JUAZEIRO DO NORTE/CE

CER/CNPJ PLACA  
37393674823 PMG2773

PLACA ANT/UF CHASSI  
\*\*\*\*\*/CE 9C2KC2200GR052515

ESPECÍFICO COMBUSTÍVEL  
FAS/MOTOCICLO/NAO APLIC. GASOL/ALCO

MARCA/MODELO ANO FAB ANO MOD  
HONDA/CG 160 FAN ESDI 2016 2016

CAP/POT/CIL CATEGORIA COR PREDOMINANTE  
2P/0CV/162CC PARTIC VERMELHA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. COTAS  
I \*\*\*\*\* \*\* \*\*/ \*\*/ \*\* 1\* \*\*\*\*\*  
P \*\*\*\*\* \*\* 2\* \*\*\*\*\*  
V \*\*\*\*\* \*\* 3\* \*\*\*\*\*  
A \*\*\*\*\* \*\*

FAIXA I.P.V.A. PARCELAMENTO/COTAS  
\*\*\* \*\*\*\*\* \*\*

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO  
286.75 1.11 292.01 00/00/0000

AL.FID. BV FINANCEIRA S A CFI; \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

LOCAL DATA  
JUAZEIRO DO NORTE 07/06/2016  
Instituto de Registro e Licenciamento de Veículos

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA/ APESSOAS  
TRANSPORTADAS OU NAO SEGURO DPVAT

CE Nº 012635739660 BILHETE DE SEGURO DPVAT

2016

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
37393674823 PMG2773  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
www.dpvatsegurodotransito.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO DATA EMISSÃO  
2016 07/06/2016

VIA CPF / CNPJ PLACA  
01 37393674823 PMG2773

RENAVAM MARCA / MODELO  
1088596336 HONDA/CG 160 FAN ESDI

ANO FAB DAT TARE Nº CHASSI  
2016 09 9C2KC2200GR052515

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)	DENATRAM (R\$)	CUSTO DO SEGURO (R\$)
129.04	14.34	143.38
CUSTO DO BILHETE (R\$)	IOF (R\$)	TOTAL A SER PAGO SEGURADO (R\$)
4.15	1.11	292.01

PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO  
☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO 00/00/0000

PROPRIETÁRIO  
LOTE/DESEGURO/ALIDER DPVAT 91518  
MOTOR: KC22E06052522  
www.seguradoralider.com.br

JAN-2016



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria de Saúde




## CERTIDÃO NARRATIVA

**CERTIFICA**, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento por escrito da parte interessada, que o **SAMU 192-CEARÁ**, prestou atendimento ao Sr. **THALIS JHONES ISIDORO DA SILVA**, portador do RG Nº 2007577979-4 e inscrito no CPF sob o Nº 059.147.643-60, no dia 11/06/2016 às 18h31min, no município de JUAZEIRO DO NORTE - CE, na rua Antônio Nunes de Alencar. Paciente vítima de queda de moto, onde o mesmo foi encaminhado para o **Hospital Regional do Cariri - HRC**. E para constar eu, Ana Cristine Medeiros Silva, Ana Cristine Medeiros Silva, Assessoria Técnica, lavrei a presente certidão.

Eusébio, 01 de agosto de 2016

Atenciosamente,

  
MARIA DAS GRAÇAS TORRES  
Assessoria Executiva  
SAMU 192 CEARÁ



### SAMU 192 CEARÁ

Rua da Paz, nº 29 e 30, Centro-Eusébio-CE, Fone (85) 3433 7434, Fax:3260 2061

E-mail: [samuceara.polo1@samu.saude.ce.gov.br](mailto:samuceara.polo1@samu.saude.ce.gov.br)

Ouvidoria do SAMU: [ouvidoria.samupolo1@samu.ce.gov.br](mailto:ouvidoria.samupolo1@samu.ce.gov.br), Fone : (85) 3260-3797

FLS. 26  
 SECRETARIA  
 DA 2ª VARA CÍVEL  
 J. DO NORTE - CE



FLS. 27  
SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Thalys Jhonnes Isidório da Silva

RG nº 20075779794, data de expedição 18/06/10, Órgão SSP.CE,

CPF nº 059.147.643-60, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua Santo Arraújo</u>
Número	<u>109</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Tiradentes</u>
Cidade	<u>Juazeiro do Norte</u>
Estado	<u>Ceará</u>
CEP	<u>63031165</u>
Telefone de Contato	<u>(88) 3572-0398 / 99779-2255</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Juazeiro do Norte - CE 05/09/16

Assinatura do Declarante: Thalys Jhonnes I. da Silva

Nº DO CLIENTE  
**3530927-0**

A Tarifa Social de Energia Elétrica  
foi criada pela Lei nº 10.438,  
de 26 de abril de 2002.

coelce

Para utilizar esta identificação, utilize o nº acima  
sempre que solicitar atendimento ao cliente.

Rua Padre Valdevino, 150  
CEP 60135-040 Fortaleza CE  
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA (GRUPO D-1 SÉRIE D-4 I Nº) **442666263**

Rota **10 13000 19 204400 - 5** Data de Emissão **17/08/2016**

Nome **ALDENYR MARIA DA SILVA**

End. Postal **RU STO AMANCIO 00109**

**TIRADENTES - JUAZEIRO DO NORTE - 63031165**

Medidor **23358690**

Poste **0000 A455**

Classe **01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA** Potência **0,00**

RG / CPF / CNPJ **784423463-68**

CGF

Nome do Responsável

**DATAS**

Mês de Referência **Ago/2016** Data da Apresentação **17/08/2016** Previsão Próxima Leitura **16/09/2016**

**ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO**

Via a legenda no verso desta conta  
Conjunto **JUAZEIRO DO NORTE**  
Mês **Jun/2016** EIGD **10,16**  
DICI = 0,00 P

**ICMS**

Base de Cálculo (R\$) **ISENTO** Alíquota **0,00** Valor do Imposto **0,00**

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC	5,07	10,15	20,30	0,00	0,00	0,00
FIC	0,23	6,47	12,95	0,00	0,00	0,00
DMIC	2,86			0,00		

**ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL**

089F.4089.785B.B7A8.E58B.F096.156A.82F1

**INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO**

Leit. Atual	Leit. Anterior	Cont.	Consumo (kWh)	Cons. Ind.	Cons. Fet.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
9385	9280	1,00	105	0,00	20	0,10718	5,07
					5	0,20009	20,29
						0,43884	2,17
17/08/16	15/07/16		33 DIAS		105		27,53

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MÊS	27,53
MULTA MORATORIA REF 07/2016	0,46
JUROS DO MÊS	0,05
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	0,78

**LITÉRICA JUAZEIRO**  
**24 PAGOS**

VENCIMENTO **24/08/2016** TOTAL A PAGAR (R\$) **28,82**

**COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO**

Energia .....	17,16
Transmissão .....	0,46
Distribuição .....	3,29
Encargos Setoriais .....	3,81
Tributos (ICMS PIS/COFINS)...	1,70
TOTAL .....	26,31

**HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)**

97	105	87	91	101	97	93	104	98	104	96	99	97
Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai

**CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> (kg/kWh)**

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica através do Ecoelce.	
Emitido kg(CO <sub>2</sub> ) <b>45,38</b>	Compensado kg(CO <sub>2</sub> ) <b>0,00</b>
Geração Ecológica (% CO <sub>2</sub> ) <b>0</b>	

**informações importantes e avisos de vencimento**

FLS. 28  
SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE**  
**DIVISAO DE PROTOCOLO DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE**

Data - Hora  
5/4/2017 -  
14:55

**Termo de Distribuição**



Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	47786-60.2017.8.06.0112 / 0
Autuação	Não possui autuação
Tipo de Ação	PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Assunto(s)	SEGURO
Nr. Apensos	0
Nr. Volumes	1
Documento de Origem	PETIÇÃO INICIAL
Documento Atual	PETIÇÃO INICIAL
Fase Atual	DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO
Data da Fase	05/04/2017
Foi feita DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO do presente processo, motivo EQUIDADE, em 05/04/2017 14:55, para o(a) Relator(a): Exmo. (a) Sr.(a) FRANCISCO JOSE MAZZA SIQUEIRA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE	

Partes	
Nome	
Requerente : JHONES ISIDORO DA SILVA	
Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA	
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	

JUAZEIRO DO NORTE ( COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE ), 5 de Abril de 2017

Responsável

RH: 0610412017



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE  
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

FLS. 90  
SECRETARIA  
DA 2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

Data - Hora  
12/4/2017 - 9:4

Termo de Registro e Autuação



Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	47786-60.2017.8.06.0112 / 0 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Volumes	1
Autuação	12/04/2017
Assunto(s)	SEGURO
Natureza	CÍVEL
Just.Gratuita	NÃO
Segredo de Justiça	NÃO
Apresentação/Preparo	Conta
Competência	VARAS CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR

Partes
<b>Nome</b>
Requerente : JHONES ISIDORO DA SILVA
Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

JUAZEIRO DO NORTE ( COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE ), 12 de Abril de 2017

Responsável

CONCLUSOS ao MM Dr. Juiz do  
feito em 24/01/2019  
O (A) Diretor(a)



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO

Processo nº 047786-60.2017.8.06.0112/0

Certifica, face as prerrogativas por lei conferidas, que, em decorrência da digitalização das peças processuais envolvendo os processos desta secretaria:

( ) que, existem documentos não digitalizáveis tais como, CD/DVD( ), pendrive( ), acostados nas fls. \_\_\_\_\_ foi(ram) retirados permanecendo na secretaria para os devidos fins e posterior providências.

( ) que, a planta do imóvel acostada às fls. \_\_\_\_\_, foi retirada dos autos, tendo em vista possuir formato não digitável, permanecendo o original nesta Secretaria para os devidos fins e posterior providências.

( ) que, por equívoco da secretaria existe um vício de numeração das fls. \_\_\_\_\_ passando para a fls. \_\_\_\_\_ e assim permanecerá.

(x) que, por equívoco da secretaria das fls. nº 18 pula para as fls. nº 20 e assim permanecerá.

( ) que, o carnê de pagamento original acostado às fls. \_\_\_\_\_, foi retirado e substituído por cópia, permanecendo os originais nesta secretaria para os devidos fins e posterior providências.

( ) que, o(s) título(s) executivo(s) original(is) tais como, cheques ( ), duplicatas ( ), notas promissórias ( ), acordo assinado por duas testemunhas ( ) e outros ( ) acostado(s) às fls. \_\_\_\_\_, foi (ram) retirado(s), permanecendo os originais nesta secretaria para os devidos fins e posterior providências.

( ) Outros: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O referido é verdade. Dou fé.

Juazeiro do norte, 14 de Maio de 2018.

  
Assinatura do responsável

2267  
matrícula

CERTIDÃO

Certifico que o processo nº 47786-60.2017.8.06.0112/0  
Com tramitação pela 2ª Vara CIVEL foi  
auditorado pelo Núcleo de Digitalização, tendo sido as  
peças do caderno processual conferidas, digitalizadas e  
convertidas, encerrando-se, nesta data, a sua tramitação  
física, cuja última folha possui a  
numeração 30, passando a  
tramitar eletronicamente, no SAJ. O referido é  
verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte-ce, 14 de Maio de 18.

Servidor/matricula:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

**DESPACHO**

Processo nº: **0047786-60.2017.8.06.0112**  
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
Requerente e **Jhones Isidoro da Silva e outro**  
Requerido:  
Réu: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/A**

Defiro a gratuidade da justiça.

Remetam-se os autos ao CEJUSC para audiência de conciliação, devendo a parte ré ser citada com a antecedência mínima de 20 dias da audiência.

Ressalte-se que, havendo desinteresse na autocomposição, a ré deve manifestá-lo por escrito a este Juízo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data marcada para a audiência.

No mandado citatório e na intimação para a audiência deverá constar que o não comparecimento injustificado de qualquer das partes ao ato importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa ou do proveito econômico, conforme o art. 334, §8º do NCPC.

Intimações e expedientes necessários.

Juazeiro do Norte, 13 de setembro de 2018.

**Francisco José Mazza Siqueira**  
**Juiz**



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionilia Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

## ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0047786-60.2017.8.06.0112**  
 Classe: **Procedimento Sumário**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente e **Jhones Isidoro da Silva e outro**  
 Requerido:  
 Réu: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat S/A**

Conforme disposição expressa na Portaria nº 02/2016, bem como as diretrizes do art. 152, VI do C.P.C, por ATO ORDINATÓRIO, encaminho os autos para o CEJUSC como determinado.

Juazeiro do Norte/CE, 20 de setembro de 2018.

**Antonio Barbosa de Sena**  
**Supervisor de Unid. Judiciária**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

## CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0161/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)	D.J
Antonio Allan Leite Saraiva (OAB 23502/CE)	D.J

Teor do ato: "Fica a parte requerente, por seus advogados (art. 334, §3º do CPC), bem como estes, devidamente intimados para comparecerem à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o DIA 26/MARÇO/2019, ÀS 14:45 HORAS, A SE REALIZAR NO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE - CEJUSC/JN, sediado no Fórum Local, na Rua Maria Marcionília, nº 800, Lagoa Seca, Juazeiro do Norte-CE, ficando, de logo, a parte advertida de que, o não comparecimento injustificado à referida audiência será considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionada com multa de até dois por cento (2%) da vantagem economicamente pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (Art. 334, § 8º, CPC). Outrossim, as partes devem estar acompanhadas por seus Advogados ou Defensores Públicos, bem como poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar ou transigir. Ademais, as partes, deverão, com antecedência mínima de 10 (DEZ) DIAS da audiência, informar se não possuem interesse no ato conciliatório, sendo que, a audiência somente será cancelada mediante recusa expressa das duas partes (ART. 334, § 5º, CPC), tudo em conformidade com o art. 334, §§ 3º, 4º, I e II, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 do NCPC."

Do que dou fé.  
Juazeiro do Norte, 18 de dezembro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br Juazeiro do Norte

## CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº: **0047786-60.2017.8.06.0112**  
 Classe: **Procedimento Sumário**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Thalis Jhones Isidoro da Silva**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

Prezado(a) Senhor(a) Representante Legal da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do Dr. Francisco José Mazza Siqueira, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte, conforme disposto no **art. 334 do Código de Processo Civil**, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, cuja petição inicial, e despacho **fls. 33** seguem anexas por cópia, sendo parte integrante desta carta, bem como sua **INTIMAÇÃO** para comparecer à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO** designada para o **dia 26/MARÇO/2019 às 14:45 HORAS, na sala de audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte-CE, no Fórum Local, sito na Rua Maria Marcionília, nº 800, Lagoa Seca, nesta urbe**, podendo a parte constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (**art. 334, §10, do CPC**) e advertindo-se que o prazo contestatório, de **15 (QUINZE) DIAS**, contar-se-á conforme o **art. 335 do mesmo Código**, podendo o promovido alegar em sua peça toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido da autora, além de especificar as provas que pretende produzir (**art. 336 do CPC**), **sob pena de presumirem-se verdadeiras as alegações não impugnadas**, no termos do **art. 341 do CPC**, ficando, ainda, advertido que a omissão na apresentação da contestação no prazo legal implicará sua **REVELIA (ART. 344 DO CPC)**.

Fica, outrossim, V. Sa. **ADVERTIDA** que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, e que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até **2%** (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §§ 4º e 8º do CPC**). Ademais, as partes deverão comparecer acompanhadas de seus Advogados ou Defensores Públicos (**art. 334, § 9º do CPC**).

Juazeiro do Norte/CE, 17 de dezembro de 2018.

**Antonio Barbosa de Sena**  
**Supervisor de Unid. Judiciária**  
 Assinado por Certificação Digital<sup>1</sup>

Sr(a). Representante Legal da  
 Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT  
 Rua da Assembléia, 100, 16º Andar, Centro  
 Rio De Janeiro-RJ  
 CEP 20011-000

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia de origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abriar a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

## CERTIDÃO

Processo nº: **0047786-60.2017.8.06.0112**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
 Requerente: **Thalis Jhones Isidoro da Silva**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

**CERTIFICO**, face às prerrogativas por lei conferidas, haver designado nos autos em epígrafe **Audiência de Conciliação para o dia 26/Março/2019, às 14:45 horas**, a se realizar neste Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de Juazeiro do Norte, no Fórum local.

O referido é verdade. Dou Fé.

**Juazeiro do Norte/CE, 19 de dezembro de 2018.**

**Ana Clécia Augusto Leite Carneiro**  
**Técnico Judiciário**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.